

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 15-3-2017.

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulo Brum e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 008/17 (Processo nº 0264/17), de autoria de Cláudio Janta; e o Projeto de Resolução nº 040/16 (Processo nº 1868/16), de autoria de João Bosco Vaz. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento, a tratar do tema “Mulher e Trabalho”. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, Mônica Leal e Sofia Cavedon, presidindo os trabalhos; Aline Klemt, consultora de imagem; Kelly Possobon, consultora financeira; Irene Galeazzi, socióloga; e Maíra Motta, advogada. A seguir, Aline Klemt, Kelly Possobon, Irene Galeazzi e Maíra Motta pronunciaram-se acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mônica Leal, Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Adeli Sell e Dr. Thiago. A seguir, a Presidenta concedeu a palavra, para considerações finais, a Maíra Motta, a Irene Galeazzi, a Aline Klemt e a Kelly Possobon. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e quatro minutos às quinze horas e cinquenta e seis minutos. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Felipe Camozzato, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 288/16, discutido por André Carús e Moisés Maluco do Bem; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 028/17 e os Projetos de Resolução nºs 002 e 003/17. Ainda, Cassiá Carpes pronunciou -se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Aldacir Oliboni e Mauro Pinheiro. Às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Mônica Leal, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a debater o assunto mulher e trabalho. Convidamos para compor a Mesa a Sra. Aline Klemt, Consultora de Imagem; Sra. Kelly Possebon, Consultora Financeira; Sra. Irene Galeazzi, Socióloga e responsável por várias publicações sobre mulher e trabalho da FEE; e Dra. Maíra Motta, Advogada especialista em Direito Previdenciário, integrante da OAB.

A Sra. Aline Klemt, Consultora de Imagem, está com a palavra.

A SRA ALINE KLEMT: Boa tarde, tenho só cinco minutos, então vou correr para passar o meu tema. Primeiro, eu queria agradecer à Procuradoria Especial das Mulheres pelo convite para falar de um tema no qual eu acredito muito que é o poder da imagem. A imagem é uma ferramenta para a nossa marca pessoal, e qualquer mulher que queira se empoderar, qualquer mulher que queira tomar o seu lugar no mundo, ela precisa ter alinhado o seu discurso a sua imagem. Se tiver qualquer coisa desalinhada, as pessoas começam a questionar: será que é coerente esse discurso que ela está passando? Então, vou fazer uma breve abordagem histórica e depois nós vamos analisar algumas políticas. Eu tomei o cuidado de não pegar nenhuma política brasileira, para a gente conversar ou para, pelo menos, refletir sobre isso e plantar essa sementinha da importância da imagem.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA ALINE KLEMT: Moda no século XX. Por que é importante vocês terem uma ideia de como foi? É extremamente simbólico o uso da roupa, a gente consegue perceber de cada uso, de cada peça determinados símbolos de épocas cujos valores ficavam mais preponderantes. E isso é muito importante para a gente usar a imagem a nosso favor, atualmente. No início do século XX, a mulher se livra do espartilho - aquela opressão de estar sempre acinturada e extremamente feminina – o que é considerado um momento de grande libertação feminina. Nos anos de 1920, conhecidos como loucos anos 1920, uma década de muita fartura e inovações. O cinema começando a aparecer e ter público, a mulher diminui o tamanho da saia, livra-se da cintura marcada, tem uma outra postura diante do mundo. Extremamente simbólica a passagem das décadas de 1930 e 1940, quando a mulher começa a assumir um maior espaço no mercado de trabalho. As roupas delas começam a ter áreas de uniformes militares em sintonia com o momento pelo qual o mundo está passando. Todo mundo com pouco dinheiro, os tecidos não estavam à disposição, elas tinham que ser criativas. Os sapatos sóbrios, as roupas sóbrias. Acaba a guerra, e as mulheres resolvem voltar para um estilo extremamente feminino. Elas voltam ao *glamour* e Cristian Dior lança a coleção 1947. É absolutamente visível a mudança de uma década para outra. Nos anos de 1970, outro momento de grande liberdade. A juventude passa a ser a geração que

manda e desmanda na opinião e nas tendências, muita cor, muita liberdade no uso do cabelo e dos acessórios. É uma concepção totalmente diferente a do início do século para a do final do século, em apenas cem anos. Nos anos de 1980 a mulher ingressa de fato no mercado de trabalho, volta uma geração saúde, as mulheres começam a usar ombreiras, começam a deixar as roupas mais masculinas, adotam ternos, camisas e cabelos bem estruturados para poder se equalizar no mercado de trabalho. Em 2017 a gente começa a celebrar as diferenças. Eu falei isso tudo muito claramente para vocês conseguirem ter a percepção de como o visual, a imagem, o estilo claramente têm um discurso. Não precisa falar, é só olhar e a gente consegue claramente tirar algumas informações e perceber o que aquela pessoa está querendo transmitir. Teoria dos três segundos – alguns dizem que é sete, mas são muito poucos segundos – as pessoas formam uma opinião sobre o outro, então é uma grande parte realmente, 67% dessa primeira impressão é causada pela nossa impressão visual. E aqui é um mistério: a nossa essência e a nossa imagem e a nossa meta, como compor tudo isso. Como trabalhar a imagem com o que eu sou, porque a gente quer ser também autêntica, a gente não precisa se desvirtuar na nossa exposição, e onde eu quero chegar? Esse é o grande segredo de fazer a composição de uma imagem que seja coesa. Novamente sobre os 67%, que é um percentual muito alto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA ALINE KLEMT: ...Rapidamente, algumas mulheres na política: Margaret Thatcher é dos anos 80, ainda um mercado dominado pelos homens, a política dominada pelos homens, e ela sempre teve um estilo extremamente sóbrio, usava azul que era a cor do partido dela, trajes bem estruturados de alfaiataria, mas em muitas entrevistas ela sempre dizia que tomava o cuidado de nunca deixar um pouquinho da feminilidade de lado, então ela usava o colar de pérolas, a camisa com laços, sempre lembrando que apesar de ela estar em um ambiente masculino, apesar de ela ser sóbria, séria e conservadora, ela era mulher e ela não queria deixar isso ficar em segundo plano. Sarah Palin, uma figura sempre muito controversa por sua figura na política, mas sempre bastante autêntica. Ela tem uma mania que eu acho interessante, ela usava muitos acessórios que faziam alguma alusão à bandeira, é discreto, mas isso fica marcado, e um símbolo que fica marcado no inconsciente. No caso, vocês podem ver a pulseira dela que remete à bandeira dos Estados Unidos. Angela Merkel. Também uma política bastante conservadora na sua postura, apesar de ser uma pessoa muito convidativa na forma de falar, tem uma expressão facial, muitas vezes simpática, mas a forma que ela se veste dá a impressão de “eu não me importo com isso”, observem: a meia curta para um evento de gala. Realmente é o sinal que ela passa “eu não me importo.” A atual Primeira-Ministra da Grã Bretanha já é uma personalidade muito interessante, porque ela não tem medo, ela usa, claramente, a imagem dela de forma a estar alinhado com o evento ou com o discurso que ela vai dar. Na sua posse, ela usou

aqueles sapatos com saltinhos bastante femininos e marcantes, deixando bem claro que ela não está preocupada em diluir a imagem dele e não aparecer. Ela tem uma personalidade que usa, por exemplo, com um zíper que vai de cima a baixo e usou num discurso que era bastante impactante, ele tinha que causar impacto, e ela alinhou a isso, ao invés de usar “não prestem a atenção na minha roupa”, ela realmente quis causar um impacto total. A Hillary, também foi outro caso de consultoria de imagem bem sucedido, apesar de não ter ganhado a eleição, mas ela criou uma imagem muito mais alinhada com os tempos que a gente está vivendo, de uma mulher sofisticada, mas também “pé no chão” e que sabe valorizar os seus atributos físicos. Ela passou a usar jaquetas mais longas, ela só usa calças, ela dá um sinal de quem usa as calças é ela. Então, ela tem uma imagem bem sólida agora. Michelle Bachelet também conservadora, mas vocês já vêm que ela tem já uma coisa latina, cores mais vibrantes, mais alegre. A cor é muito, muito importante na construção da imagem, porque o vibrante, ela nos tira a atenção, mas nos dá um ar de energia. O preto, o cinza são sóbrios são neutros, eles se mesclam ao ambiente. A Kate também, ela não é política, mas está no mundo político também de certa forma. É importante trazê-la, porque ela é um ícone que soube trabalhar muito o caro e o barato. E ela usou, em quatro anos, de 2014 a 2017, o mesmo vestido. Isso, para quem é uma figura pública, repercute muito na imagem, mas ela é pé no chão, ela quer mostrar que ela é pé no chão. Ela repete roupa, ela recicla roupa, ela usa o *fast fashion* de uma forma brilhante. Esta foto é sensacional, mostrando a diferença entre as duas primeiras-damas. A Michelle Obama, na época eu escrevi sobre isso, parece totalmente desinteressada em estar bem nesse dia. Ela parece não estar nem aí, e eu acho que esse era o sinal realmente que ela queria passar. Sem acessórios, uma roupinha mais ou menos, enquanto a Melania Trump estava montada de cima a baixo num traje azul, que muita gente disse que seria por causa do traje que a Jackie Kennedy já havia vestido. Muito bem pensado o *look* dela, muito bem construído. Então, é essa ideia, gente. Em pouquíssimos minutos, eu queria passar para vocês esta ideia da imagem, da importância da imagem. As mulheres sabem como é difícil, a gente está sempre correndo e trocar de papéis – da mãe, da avó, da profissional, da amiga – com habilidade. Mas tem como, tem estratégias e, ao fim e ao cabo, a imagem é uma ferramenta essencial para a construção da marca pessoal. Espero que vocês tenham gostado. Qualquer dúvida, me procurem. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Aline. A Sra. Kelly Possebon, consultora financeira, está com a palavra.

A SRA. KELLY POSSEBON: Boa tarde, minha palestra é sobre inteligência financeira, não é voltada somente para mulheres, mas a empresa Mulher Capital foi criada especialmente com o público feminino em prol desta crescente tendência da mulher empreendedora, da mulher no mercado de trabalho e da sua força econômica atual. Sou financista e atuo há 16 anos na área. Então, como eu falei, a

Mulher Capital atende os dois públicos, o feminino e o masculino, na gestão financeira pessoal e empresarial, porém a nossa equipe é completamente feminina. Não tem como a gente falar de dinheiro sem dar um contexto histórico. No final do século XIX, a gente tem imagens um pouco chocantes, se formos pensar num período de tempo, historicamente curto, mas, ao final do século XIX, as mulheres não tinham direito ao voto, não tinham direito de escolher quando engravidar ou não, nem sequer tinham direito ao curso superior. Também chama atenção que as mulheres eram consideradas dependentes de alguém; elas não tinham capacidade para terem conta bancária e não tinham direito a ter alguma posse. Elas eram posse dos pais e depois de casadas eram posses do marido.

Hoje o nosso presente é muito diferente, é um mundo de mulheres financeiramente investidas de poder econômico, o nosso dia a dia comprova isso. O nosso posicionamento hoje é o de enfrentar e tentar mudar a quebra dessa cultura. A mulher é tão poderosa quanto, em qualquer âmbito profissional que ela escolher. E por que não o financeiro? Se atingimos tantas coisas em tão pouco tempo nesses últimos 200 anos, historicamente um período curto, por que não nos destacarmos no financeiro, nos investimentos?

Infelizmente, apesar de todo o progresso que já conseguimos e ser ainda uma batalha longa, temos alguns dados que não são agradáveis, quando se fala da mulher e da sua situação econômica. Em cada quatro idosos pobres, três são mulheres. O padrão de vida feminino cai em até 70%, após o primeiro ano de divórcio.

Na semana passada, na semana da mulher, eu vi que já chegou em 30% a menos a diferença salarial para mulheres que ocupam o mesmo cargo que os homens.

Falo agora, especificamente com vocês, mulheres: olhando para essas estatísticas, o que nos resta? Lutar por um financeiro melhor, um futuro financeiro de segurança. Quando você olha para o seu futuro financeiro hoje, como ele realmente lhe parece? Aqui faço uma pergunta para cada uma de vocês: se vocês pararem de trabalhar hoje por algum motivo, quantos meses de independência financeira vocês, realmente, terão?

Então, partimos dessa questão histórica para falar da “investindo”, que é o nosso objetivo. Rapidamente, a gente vai falar de perfil investidor, montante, opções de investimento, taxas e seus riscos, e o nosso grande amigo: juros compostos, que eu acredito que hoje, o melhor amigo de uma mulher pode ser os juros compostos. É dos homens também? Com certeza. Se a gente for analisar os índices de investimento, 90% dos investidores hoje, são homens. Por quê? Porque esse poder econômico veio para as mãos femininas e ele ainda não está sendo bem empregado no mercado financeiro.

Perfil investidor, a gente tem três perfis investidores: conservador, agressivo e moderado. Geralmente, a maioria está no perfil conservador, até pela falta de conhecimento do mercado de capitais. Então, quando alguém me pergunta: Kelly, qual é o melhor investimento do momento? Depende de mil fatores; qual é o teu perfil, qual é o seu montante, ou seja, o capital que você tem a investir. Aí então se abrem opções de investimentos, inúmeras, mesmo sendo apenas na renda fixa, que geralmente é o preferido do investidor mais conservador.

As taxas e os seus perigos, vamos ver adiante, e os juros compostos também.

Então, aqui eu apresento para vocês, especialmente mulheres, o shopping dos investimentos, o mercado de capitais. Esse shopping vocês precisam conhecer. É o meu preferido. Aqui nós temos ações, tesouro direto, minicontratos, contratos futuros, enfim, todos os produtos que puderem imaginar, a gente consegue investir de inúmeras formas. Então, nada de tédio, opção é o que não falta, ofertas públicas, opções, aluguel de ações. E passando por esse shopping, muitas vitrines, a gente vai focar em três aspectos, rapidinho, porque não temos muito tempo.

Então, vou falar de três coisas: poupança, previdência privada e tesouro direto, especificamente Selic e IPCA. Tirada do G1, esta é uma notícia de 2015, que fala da caderneta de poupança, a famosa caderneta de poupança, que todo mundo conhece e considera como investimento. Só para a gente matar essa questão, é um investimento, algo que deixa com o teu dinheiro rendendo abaixo da inflação? Não. Em 2016 a poupança conseguiu superar um pouquinho a inflação, em 1.9.

Passando para a previdência privada, uma das pegadinhas que a gente encontra, por exemplo, num investimento de 10 anos, as pessoas costuma esquecer das taxas quando escolhem seus investimentos. A gente volta para o assunto taxas. Às vezes, tu tens um condicionamento de estar sempre na mesma instituição financeira porque gostas do teu gerente, porque o cafezinho do banco é muito bom, mas, naquele 1% ou 2% que o teu dinheiro, que tu deixaste de trocar de instituição por causa desse relacionamento, esse 1% ao longo dos anos vai significando um buraco no teu bolso, e acredito que ninguém vai querer. Hoje, na previdência privada, se tu tiveres uma taxa de carregamento de apenas 2%, lembrando que muitas instituições cobram de 5 a 6%, então a gente está usando aqui apenas 2%, por 10 anos nessa rentabilidade considerada, tu já perdes R\$ 2.700,00 só para a taxa. Colocando então esse mesmo cenário de 300 por mês em previdência privada, em 30 anos, numa taxa de carregamento de 2%, 17 mil só na taxa. Voltando para o nosso shopping de investimentos, vou falar rapidamente do tesouro direto que é algo que tem ficado bastante na mídia, vocês devem ter ouvido falar muito porque está todo mundo tocando nesse assunto. Não sou vinculada a nenhuma instituição financeira, minha opinião é livre, desimpedida, não sou comissionada e não vendo produtos financeiros, justamente para minha consultoria ser absolutamente de venda de produtos, pautando para o tesouro direto. Essa é uma simulação que vocês podem fazer no *site* do Tesouro, direto, com o valor que pensam que querem investir. Usei premissas de uma taxa selic já caindo um pouco, no que está hoje, segurei em 12%. Nesse primeiro investimento, é colocado R\$ 100.000,00 no tesouro selic, e aqui em baixo, vocês conseguem ver os cem mil investidos. O resultado final é de R\$ 201.071,47 e depois, claro, vem os impostos, vai vir a taxa de administração e também o Imposto de Renda. O final líquido desse investimento será de R\$ 183 mil e uns quebrados. O mesmo valor na Poupança pelo mesmo período de seis anos, o resultado final será de R\$ 150.063,00. É nesse sentido que falo que às vezes 1, 2, 3, 4% de taxas não podem ser ignorados ao longo dos anos. E nesse investimento a gente fala apenas no período de seis anos. Nós tivemos uma diferença, do Tesouro Selic

para a poupança, de 33 mil e alguns quebrados. E vale a pena ou não nós sentarmos e pensarmos um pouquinho onde colocarmos o nosso dinheiro.

Esse é o Tesouro IPCA, que também é um outro produto bastante procurado. O mesmo valor de cem mil, no final do prazo de 18 anos – é a longo prazo; fica um tempo maior –, o rendimento final é de 431 mil, e, depois dos impostos, 372 mil. No mesmo, na poupança, considerando uma taxa bem positiva de 7%, termina com 337 mil. Novamente, nós temos 30 mil reais a mais de diferença no Tesouro.

E, para finalizar, então, dívida no cartão de crédito: quando pensamos no quanto é difícil de o nosso dinheiro render, uma dívida de 10 mil reais no cartão de crédito, enrolada no rotativo por 13 meses, vira, no final da brincadeira, mais 85 mil reais. Então, nós temos 754% de juros em 13 meses. O que eu quero dizer para vocês? Sejam amigos dos juros compostos ou inimigos, neste caso, não é? Nós temos de escolher, é nossa opção escolher qual o nosso relacionamento com o nosso dinheiro, que suamos para ganhar, corremos atrás para ganharmos. Investindo num pouco de informação, e hoje vocês encontram no site do Tesouro e no das corretoras, que são ótimas em passar informação. A informação está aí, é livre, tem fontes interessantes, e vocês precisam muito mesmo pensar nos juros compostos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigada, Sra. Kelly.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Obrigada, Presidente, tenho muita honra em presidir a Sessão num momento tão importante para nós, mulheres – somos apenas quatro Vereadoras –, quando estamos tratando de um tema tão relevante para todas as mulheres, na política, principalmente, e também para as que trabalham nesta Casa.

A Sra. Irene Galeazzi está com a palavra.

A SRA. IRENE GALEAZZI: Boa tarde a todos e a todas; eu tenho me dedicado, nos últimos 23 anos, ao estudo das mulheres no mercado de trabalho. Então, é sobre isso que eu vou tentar conversar com vocês hoje.

Alguns autores têm mencionado que talvez a maior revolução do século XX tenha sido, de fato, a entrada das mulheres, de forma massiva, no mercado de trabalho. É uma coisa que, no início do século XX, ainda era bastante limitada; mulheres, em geral, eram mulheres viúvas, sozinhas, que tinham que ir para o mercado de trabalho para poder se sustentar. Mas a forma que hoje nós vemos as mulheres no mercado de trabalho é um processo que foi se dando durante o século, numa conquista paulatina. Principalmente os movimentos de mulheres dos anos 1960, os movimentos feministas dos anos 1970 valorizaram extremamente as mulheres na entrada ao mercado de trabalho, porque o mercado, de certa forma, é o grande espaço onde se gera autonomia dos indivíduos, se gera o desejo de carreiras e a execução dessas carreiras, o que é muito importante para muitas mulheres que, no início do século, não puderam ou não

tiveram a oportunidade de fazer isso. Também é um espaço de renda, para que as mulheres tenham vida própria ou possam contribuir com a renda familiar.

Nós temos, nesse período, principalmente dos anos 1970 para cá, uma entrada massiva de mulheres no Brasil, no mercado de trabalho, e o mesmo movimento ocorre do ponto de vista internacional. Em que condições essas mulheres entram no mercado de trabalho? É normal ou seria esperado que essas dificuldades que as mulheres enfrentam na sociedade - a valorização precária, a situação ainda de serem discriminadas em muitas atividades - se reflète diretamente no mercado de trabalho. O que temos observado nesses últimos anos? Mesmo que se amplie - e essa é a grande questão - massivamente a presença de mulheres, e mesmo que a mídia mencione o quanto as mulheres têm avançado no mercado de trabalho, que têm se desempenhado lado a lado com o homem em profissões que não eram tradicionalmente femininas, independente disso, das conquistas importantes que as mulheres vêm tendo no mercado de trabalho, a grande maioria não trabalha hoje pelo desejo, necessariamente, de uma carreira, mas porque o desenvolvimento econômico trouxe uma gama de novos itens de consumo. A vida se complexizou nos últimos tempos, e as mulheres, mais do que auxiliar na renda familiar, têm necessidade de ser também portadoras de rendimentos que possam enfrentar essas mudanças. Uma outra questão que justifica o fato de as mulheres irem em massa ao mercado de trabalho é o fato de que os rendimentos do trabalho começaram a se reduzir a partir dos anos 60, 70, de forma que um único salário - e a ideia da família, de o homem como provedor único da família - não mais se sustenta na sociedade nos dias de hoje. Então, as mulheres, necessariamente, têm que ir ao mercado de trabalho. Infelizmente, os dados nos mostram que as mulheres ainda estão, na sua grande maioria, inseridas em atividades menos qualificadas, em atividades que remuneram menos, e isso afeta diretamente a capacidade de as mulheres desempenharem no cotidiano. Nós temos alguns indicadores tradicionais no mercado de trabalho que nos mostram isso. As mulheres têm taxas de desemprego superiores às dos homens. Historicamente, nós tivemos um período de muita geração de empregos, de empregos regulamentados, como foram os dos anos 2005 até 2012, 2013, e nesse período em que os salários avançaram muito, o salário mínimo recuperou o poder aquisitivo; nesse período de benesses, as mulheres começaram a ter os seus rendimentos melhorados, e melhorou a relação entre os sentimentos das mulheres e dos homens. A Região Metropolitana aqui de Porto Alegre é pesquisada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, que é um convênio, aqui no nosso Estado, com a Secretaria do Trabalho, a Secretaria do Planejamento e o DIEESE, através da Fundação Gaúcha do Trabalho e Fundação de Economia e Estatística, e essa pesquisa nos mostrou que os lares chefiados por mulheres na nossa Região Metropolitana ampliaram extremamente o seu volume. No início dos anos 2000, aqui na nossa região, nós tínhamos cerca de 25% de lares chefiados por mulheres, e agora, no ano de 2016, são 39% - quase 40% dos lares são chefiados por mulheres. E quando a gente fala em chefia feminina, a gente tem normalmente a ausência de um companheiro, de um filho que trabalha, etc. Então 80%, em geral, da renda familiar dos lares chefiados por mulheres são bancados pelo rendimento médio real das mulheres. Diante dessas questões, nós sabemos como é

importante a luta pela equidade dentro do mercado de trabalho. Os movimentos feministas têm feito isso durante muito tempo. Hoje as pautas têm priorizado as questões da violência, que é uma questão crucial para as mulheres; dos direitos reprodutivos e sexuais; mas a questão do trabalho ainda é uma questão a ser tratada pelo movimento de mulheres com muita garra. Eu tenho dados de um centro de referência para mulheres vítimas de violência em Canos, que mostrou que 50% das quase três mil mulheres que estão lá inscritas não tem trabalho. Isso dificulta, inclusive, qualquer possibilidade de saída da situação de violência...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. IRENE GALEAZZI: ...Para concluir, eu acho que temos que dizer que hoje a questão da entrada de mulheres no mercado de trabalho, em que pese todas as questões que são mencionadas, principalmente na mídia – mulheres de sucesso, mulheres que são empresárias, que são executivos, etc. –, a grande maioria das mulheres ainda sobrevive em condições bastante precárias. E essa questão da equidade de gênero no mercado de trabalho ainda é uma questão fundamental no meu entendimento. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Sofia Cavedon assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Esse revezamento das nossas convidadas é para marcar a condução através das mulheres Vereadoras – Ver.^a Mônica, obrigada. Nós damos prosseguimento ao nosso painel, queremos nos desculpar pelo curto tempo, aqui temos uma indicação plural, acabamos tendo que dividir, a riqueza da contribuição de vocês certamente é muito maior que o tempo que está proposto ou previsto aqui.

A Sra. Maíra Motta, Advogada especialista em Direito Previdenciário, integrante da OAB, está com a palavra.

A SRA. MAÍRA MOTTA: Primeiramente, boa tarde a todos, eu agradeço pelo convite; foi proposto a mim falar aqui, em alguns minutos, a respeito da reforma da previdência e as mulheres – um tema bastante complexo para falar em pouco tempo. Venho complementar o que a nossa colega Kelly e a Irene comentaram, tem muita relação com entrada da mulher no mercado de trabalho e também com a compreensão de como são os efeitos econômicos na vida da mulher para ela poder complementarmente ter uma previdência se isso for possível, mas nunca em substituição, porque a Previdência Social é uma política pública de distribuição de renda, e ela deve se manter assim, pois assim foi inscrita na Constituição Federal, tendo

como finalidade a diminuição das desigualdades. Quando se trata de mulher, a nova proposta da reforma da previdência, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, aponta que 47,3% das mulheres não vão conseguir se aposentar pelas novas regras, ou seja, significa que quase 50% das mulheres que hoje estão no mercado de trabalho não vão conseguir atingir a sua aposentadoria. Isso é um dado muito preocupante, pois a gente vem notando que as mulheres, cada vez mais, são muitas, em mercado de trabalho, mas sempre em cargos precarizados, sempre com uma intermitência na sua linha de trabalho, muitas vezes interrompida, ou porque os cargos são de menor complexidade, ou porque a elas cabe o cuidado da família, em geral, de maternidade, de idosos, do parceiro. Normalmente, quando alguém fica doente na família, esse cuidado é destinado à mulher, e isso acaba se refletindo na não continuidade do mercado de trabalho, fazendo com que ela não consiga atingir os 25 anos de contribuição, que estão previstos na nova reforma, como um tempo mínimo de contribuição. Para a pessoa ter 100% da aposentadoria, ela vai precisar fechar 49 anos, pelas novas regras. Eu, por exemplo, que não vou pegar uma regra de transição, estarei contribuindo por 49 anos para conseguir me aposentar com 100% de tudo que vier a contribuir ao longo da minha vida.

É importante pensar em algumas questões da reforma, principalmente em se tratando de pensão por morte, pois, a cada quatro idosos, três são mulheres, acarretando dificuldade em se manter e precisando de um auxílio. Essas mulheres vão parar na Previdência Social e vão precisar de uma pensão por morte, pois muitas vezes o arrimo da família é o homem. Está prevista uma redução do valor da pensão por morte na nova proposta, onde o valor dela poderá ser menor que o salário mínimo. Como essas mulheres vão sobreviver?

Outra questão é o benefício de prestação continuada, em que pese não seja um benefício previdenciário, é um benefício assistencial, que tem também um caráter de manutenção do mínimo existencial das pessoas e que hoje é pago aos 65 anos, e, pela nova regra, a idade estabelecida é de 70 anos, desvinculando o valor do benefício ao salário mínimo. Ou seja, um retrocesso de política pública, deixando à margem da sociedade, novamente, essas pessoas que muitas vezes não têm na sua família a busca do sustento.

Não querendo me estender, acho que o principal ponto da reforma previdenciária – que são muitos, não vou ficar aqui tecendo tantos comentários – é pensar: temos hoje muitas mulheres no mercado de trabalho, mas não vamos ter muitas mulheres na previdência social amparadas por essa política, que deveria ser uma política pública, que deveria pensar, na sua proposta, equiparar uma idade mínima de idade entre homens e mulheres, ambos aos 65 anos para se aposentarem, desde que tivéssemos igualdade nos salários, nos cargos de direção, desde que tivéssemos igualdade nas licenças-maternidade. Os países avançados economicamente foram utilizados muito como justificativa ao defenderem que lá a idade é igual para homens e mulheres se aposentarem. Certo, mas nesses países também temos licença-maternidade de um ano, bem como a licença-paternidade por igual período, onde o homem e a mulher podem se revezar na questão do cuidado com as suas famílias e a mulher não

perde o direito contributivo enquanto está afastada do mercado de trabalho para poder destinar, então, esse cuidado. Este tema me é muito caro, pois acabei de ter um bebê e estou sentindo na pele agora com é retornar ao mercado de trabalho tendo uma criança em casa, à qual queremos destinar o cuidado, mas ficamos divididos. E essa divisão das tarefas domésticas é o que justifica a redução de cinco anos. Porque o Ipea fez um levantamento, dentro da pesquisa nacional por amostra de domicílios, e foi constatado que a mulher trabalha 8 horas semanais a mais do que os homens, destinando às suas tarefas domésticas. Em 22 anos, essa diferença dá cinco anos. Então, nada mais justo do que a mulher poder conseguir se aposentar aos 60 anos e o homem aos 65, como é atualmente. Vejam que, hoje, a regra para aposentadoria por idade é 60 anos para a mulher e 65 anos para o homem e o mesmo período contributivo. Então não estamos falando necessariamente de um benefício, não se trata de um privilégio, mas sim de tratar igualmente situações que precisam ser equânimes. Então, precisamos, às vezes, equilibrar uma situação, coisa que essa reforma não está trazendo. E existem discussões, inclusive no próprio movimento feminista, de que a igualdade da idade deveria ser defendida. Essa questão da igualdade da idade não é padrão nem mesmo entre as mulheres. Mas fica o questionamento. Existe uma série de pesquisas sobre o mercado de trabalho - a Irene trouxe aqui para nós alguns dados -, inclusive governamentais, de como essas mulheres são amparadas por políticas públicas, não só na questão da previdência, mas na questão de creche, de escolaridade, de Educação Infantil e de apoio ao idoso. E isso não está sendo utilizado para embasar as mudanças na reforma da previdência. Então, eu acho que o mais importante hoje não é trazer soluções, nem apontar item por item os defeitos dessa reforma, porque são muitos, mas é preciso que a gente pense, primeiramente, em que contexto essa reforma está sendo proposta. A previdência não deve ser utilizada para suprir uma crise econômica, ela não se destina a isso, e, mesmo que se destinasse, acho que caberia discutir não necessariamente o pagamento dos benefícios, mas, sim, a arrecadação, como ela é feita e como ela vem sendo mal utilizada, inclusive com a própria desvinculação das receitas da União, onde a gente pega boa parte do orçamento destinado à seguridade social para equilibrar contas do Governo, dentre outras questões.

Quero encerrar a minha falar dizendo que ontem foi o último dia para apresentação de emendas à proposta da emenda constitucional da reforma da previdência. Várias propostas foram feitas no sentido de trazer a redução da idade, não manter a equiparação de idade entre homens e mulheres, trazendo algumas sugestões, alguns sugerem aos 60, outros aos 58 anos, algumas regras de transição. O ideal seria que a gente conseguisse, amplamente, todos em casa, pensar exatamente que tipo de previdência queremos porque isso é não só um direito e vai afetar a todos; reformas são necessárias mas é preciso verificar por onde a gente começa. Então, acho que seria essa a minha contribuição hoje Agradeço.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Agradeço a manifestação das nossas convidadas, uma composição das quatro Vereadoras desta Casa.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: Boa tarde, Vereadoras, Vereadores, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, pessoas que nos assistem. Eu gostaria de dizer que hoje ocupo esta tribuna especialmente com um sentimento de satisfação. Primeiro, porque essa temática que a Aline, a Kelly, a Irene e a Maíra trouxeram aqui não preocupa só as mulheres na política; ela é uma questão que nos aflige no dia a dia. E por uma simples razão, porque é a mulher aquela que tem, na sua grande maioria, o maior e mais importante projeto de vida, que é gerar a vida a outro ser. E nós vivemos uma época em que esta mesma mulher que concebe a vida não se conforma em perder esta vida para a violência. E é o que nós estamos vendo acontecer nas ruas, nos bairros da nossa Capital, pois Porto Alegre está como a quarta cidade mais violenta do mundo. Cada uma de vocês falou de uma maneira fantástica, magnífica. Eu anotei sobre a independência financeira - e eu acredito nisso -, que só se tem a independência emocional quando se tem a independência financeira. A Kelly colocou isso de uma maneira muito boa. A Aline colocou essa questão da imagem, da importância do empoderamento. A Irene colocou sobre a dura caminhada das mulheres até hoje, e a Maíra falou nesta questão que preocupa todos nós e ainda citou como exemplo o que está vivendo com um filho pequeno em casa e administrando a vida emocional, familiar e pessoal. E com tudo isso, nós, mulheres, ainda ficamos rezando para que nossos filhos, nosso bem maior, voltem com segurança para casa. Porque, resumindo: nós só estamos bem quando nossos filhos estão bem. E vem daí a necessidade das políticas públicas dos governos para essas mulheres. Porque uma mulher que é arrimo de família, que é chefe de família, que precisa sustentar, que precisa ajudar, que precisa levar uma família, colocar o dinheiro em casa, ela precisa saber que os seus filhos estão em segurança, no colégio, com estudo, com educação. Seriam muitas coisas para falar aqui, mas eu não posso, o tempo é curto. Vocês sentiram bem o que é a obrigação, a disciplina de um parlamentar. Agradeço à Ver.^a Sofia, que está conduzindo os trabalhos.

É interessante esta questão da mulher na política. Nós alcançamos muitos postos, estamos na magistratura, na saúde, na economia, mas, na política, a nossa presença é acanhada. Se, por um lado, somos um grande número de votantes – 52,4, o maior número de votantes –, por outro lado, a nossa presença nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Federal e no Senado, é acanhada. Isso que temos cotas, melhorou.

Eu rezo todos os dias para que a participação na política, que a vinda de mais mulheres aconteça, porque não tenho dúvida nenhuma de que lugar de mulher, como tão bem estão falando, é onde ela quiser. E o lugar do homem é ao lado dessa mulher, onde for melhor para ela.

Eu acredito que, neste momento, quando o Brasil sofre uma crise ética enorme, de valores, de princípios, essas mulheres são muito necessárias na política.

E quero deixar aqui como mensagem a todas as minhas colegas Vereadoras que assistimos, de um tempo para cá, ao acanhamento, à baixa do número dessas mulheres na Câmara. Nós éramos, Ver.^a Sofia, sete Vereadoras. Já chegamos a ser sete Vereadoras; hoje, somos quatro. O que será que acontece nesta questão política? Se hoje mais mulheres se candidatam, se nós temos o resultado das cotas, o mesmo não podemos dizer das mulheres eleitas. Alguma coisa deve estar errada.

Precisamos nos aprofundar nesta questão. E eu diria que carece, decididamente, que os partidos políticos tenham um olhar e uma dedicação mais profundos em relação a essa vinda das mulheres para a política.

Por outro lado, eu queria finalizar a minha fala observando o que diz a Aline, que fala que as mulheres devem manter o seu estilo, as suas características, o seu perfil. É verdade. Nós, mulheres, não podemos, de forma alguma, abrir mão do nosso jeito de ser. Se nós tivermos vontade de chorar, de colocar uma ideia, enfim, de extravasar algum sentimento, deve ser feito, sim. Porque uma das coisas que me impressionou muito nessa caminhada que eu fiz, foi quando uma mulher subiu nesta tribuna e se posicionou firmemente. Certa vez eu vi uma pessoa dizer: é uma mulher braba. Se fosse um homem, seria um homem de opinião. Então nós temos, sim, que lutar por esse direito de exteriorizar as nossas ideias com respeito e da forma como fazemos. Obrigada a todos, eu quero agradecer às quatro palestrantes e principalmente às Vereadoras, as minhas colegas, que oportunizaram esta quarta-feira tão rica para todas nós. As funcionárias, porque esta Câmara não tem só quatro Vereadoras, ela tem muitas mulheres. E como dizia o meu pai, a convivência com essas mulheres maravilhosas obriga e muitas vezes induzem os homens a serem mais delicados, mais educados, glamurosos, enfim, a se policiarem mais, graças a esse convívio com a ala feminina. Obrigada às taquígrafas, a todas as funcionárias que tornam esta Casa tão alegre, tão educada e tão gentil. E obrigada aos homens também que sempre nos apoiam. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver.^a Mônica Leal. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Agradeço à Ver.^a Sofia Cavedon que está conduzindo os trabalhos pela gentileza da troca, porque tenho que me ausentar daqui a pouco para outro compromisso, mas retorno mais tarde. Gostaria de dizer às nossas convidadas, Aline, Kelly, Irene e Maíra, que é bom tê-las conosco. Aqui na tribuna é tudo rápido mesmo e nós, mulheres, somos mais complexas ao falar, mas acabamos aprendendo e, quando a gente aprende, faz bem. Parabéns pelo trabalho, parabéns pelas palestras tão esclarecedoras. Com certeza, nós poderíamos ficar aqui a tarde inteira com vocês e conte este plenário deveria estar cheio para escutar, sim, que a forma com que nós nos vestimos, a forma como falamos, a forma em que atuamos no mercado de trabalho, a forma que está apontada a previdência, e nós temos, sim, que

estar atualizadas, sabendo o que acontecerá e estarmos posicionadas. Isso é importante não só para as mulheres, mas para todos os homens. Dizer para vocês que falo muito na segurança pública e na questão da violência doméstica, e a mulher só vai sair da violência doméstica com o trabalho, com a qualificação, sendo especializada. Sem trabalho, essa mulher que sofre violência dentro de casa, não vai sair do ciclo da violência. Nós precisamos, cada vez mais, capacitar essas mulheres, imbuí-las de informações, fazer com que elas se especializem e procurem, no mercado de trabalho, uma forma de sair desse ciclo de violência. Sabemos que os homens, hoje, os que estão aqui e vários outros que são companheiros nessa luta de não violência à mulher, sabem e dão força para que essas mulheres possam alçar lugares no mercado de trabalho. Nosso gabinete está em permanente trabalho, em permanente procura de parceiros que possam capacitar essas mulheres. E falando em mulheres, quero aqui parabenizar as mulheres que trabalham nessa Casa, sejam as funcionárias de carreira da Câmara de Vereadores - Fernanda, a nossa Vereadora que nos ouve -, sejam as mulheres que são CCs. Todas são importantes nesse processo. Há pouco recebi aqui, da Paula, em nome da Seção de Taquigrafia - o que todos os Vereadores, por certo, receberam -, um *folder* explicativo de como encontrar as coisas que precisamos, no site, sejam fotos, sejam depoimentos importantes. Isso é digno de uma mulher: organização e a procura de fazer com que o ambiente se torne melhor. Gostaria ainda de dizer que, nesta semana, neste mês da mulher, nós podemos estar falando coisas importantes e vendo que os colegas homens, Vereadores e esta Casa como um todo estão aqui dizendo: é importante termos mulheres em todas as pontas, porque são elas, também, que, junto com homens, vão fazer nossa Porto Alegre melhor. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Agradeço o momento de debates aqui na Câmara de Vereadores na tarde de hoje, que não é qualquer tarde. Além de mais uma tarde alusiva ao Dia Internacional das Mulheres, todas as quartas estamos fazendo debates temáticos bastante importantes neste mês, que é o mês que simboliza o 8 de março, uma data internacional de luta das mulheres, e que infelizmente, neste ano, teve também o corte dos debates de gênero, evidentemente, da autonomia do corpo, da luta por direitos e contra a violência doméstica, mas também teve muito forte o debate do trabalho, o debate da classe e da greve internacional convocada pelas mulheres nos Estados Unidos e pelas mulheres da Argentina com o movimento Nem uma a menos. Nós tivemos um 8 de março como há 20 anos não existia no Brasil. Felizmente fez parte deste movimento que chegou a 40 países, de luta das mulheres, paralisações e mobilização, chamando atenção para as pautas das mulheres, sobretudo as pautas globais envolvendo os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Neste contexto, hoje também é um dia de luta. O 15

de março é um dia de luta contra a reforma da previdência, nós tivemos manifestações em vários lugares do País, em todas as capitais, aqui tivemos piquetes e lutas durante a manhã, mas o ato será à tarde, às 17h, no Largo Glênio Peres, enquanto outras Capitais já fizeram, como Belo Horizonte e Curitiba, em São Paulo é no final da tarde também, e que têm tudo a ver com o debate que foi feito na tarde de hoje, o debate sobre a questão da desigualdade salarial trazida por nossas painelistas, seja os 27% de diferença de salários trazidos pela Kelly, sejam os dados trazidos pela Irene com relação à questão da desigualdade salarial de acesso ao trabalho, e os dados da Dra. Maíra. Nós sabemos que as mulheres são as que mais sofrem com a informalidade, com os trabalhos precários, com os mais baixos salários, e este quadro só é agravado com essa reforma que na verdade é a reforma da morte, que querem nos levar a um grau em que as pessoas trabalhem até morrer, na prática, na medida em que para poder levar o salário na integralidade tu tenhas que ter 49 anos de contribuição, significa começar a trabalhar de carteira assinada aos 16, sem nenhum mês de desemprego, e isso infelizmente não existe num país que sofre com as altas taxas de desemprego e que ao mesmo tempo é muito difícil tu conseguires um trabalho aos 16 anos. Fui estagiária dos 16 aos 22 anos, e obviamente isso não conta para fins de aposentadoria. Então, com esta reforma o Governo reproduz esse círculo de desigualdade e violação de direitos e, sobretudo, de aumentar a sobre carga das mulheres e dos homens de um modo geral. Porque 65 anos é uma idade muita alta, obviamente, há estado em que a média é menor que 60 anos de vida, há bairros nas periferias que a média é menor que os 65 anos de vida. Em geral, nas regiões mais periféricas, já há estudos apresentando alguns bairros de São Paulo, onde a expectativa de vida é muito menor. Nós devíamos fazer isso aqui em Porto Alegre, nos nossos bairros também. E mais do que isso a questão do não reconhecimento da dupla jornada de trabalho das mulheres. Acho que a Dra. Maira foi muito precisa quando mostrou que a diferença de cinco anos não é uma benesse, é um reconhecimento de uma estrutura machista culturalmente, que ainda coloca as mulheres como as maiores responsáveis pelos cuidados domésticos, lamentavelmente. Nós estamos lutando para mudar essa cultura, tenho convicção que todas nós, nas nossas casas, com os nossos parceiros, com os filhos, com as pessoas que convivem conosco. Mas ainda é uma realidade brutal que se impõe sobre as mulheres, com uma média de seis anos a mais de trabalho, portanto, cinco anos a menos para poder se aposentar, é o mínimo. Depois nós podemos tratar da aposentadoria das trabalhadoras rurais que, obviamente, com a estrutura de concentração de terra no campo, vai fazer com que essas mulheres não contribuam, e, portanto, não se aposentem. Então, nós estamos vivendo uma devastação dos direitos e uma tentativa de aumento de jornada e de aumento da superexploração da classe trabalhadora brasileira, e eu tenho a convicção de que as mulheres estão na linha de frente nesta resistência, 8 de Março foi uma prova disso. Tenho a convicção que com a luta de hoje à tardinha, nós poderemos fazer um movimento muito forte de defesa dos direitos dos trabalhadores de um modo em geral. O Bloco das Mulheres que estará no alto, e somado também com a instabilidade política do País. Um Congresso tão podre não pode mexer nos nossos direitos.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos.)

SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): A Ver.^a Sofia Cavedon, nossa Procuradora, está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver.^a Fernanda Melchionna, nós todas estamos com atos nas ruas queremos estar lá, acho que hoje, Aline, Kelly, Irene e Maíra, há uma feliz coincidência, hoje é Dia Nacional de Luta contra a reforma da Previdência, uma data que foi agendada, primeiramente pelos professores nacionalmente, para ser o dia nacional de greve em defesa da educação pública, porque o ataque da PEC nº 55, último número que ela ganhou, à educação brasileira, congelando gastos sociais por 20 anos, medida que nenhum país no mundo tomou, mesmo países capitalistas. O único país que, pelas pesquisas que nos passaram, adotou 10 anos de congelamento foi a Grécia e está vivendo o que está vivendo. Então, o nosso Brasil, em permanecendo esta PEC, Ver. Dr. Thiago, será um País da miséria, porque V. Exa. é da saúde e sabe o que significa não ampliar recursos na saúde – sabe bem, briga bastante por isso, e, nisso, nós o reconhecemos. Então, neste dia, que os professores chamaram... Também porque a educação é majoritariamente feita por mulheres, a educação básica, Dra. Irene, porque as mulheres saíram de casa e foram para as áreas sociais muito como extensão do lar no início, pelo sexismo, pelo preconceito. Acho que aqui foram colocados elementos muito importantes, porque agora há esta reforma da Previdência, que diz aqui a Maíra, que não se pode fazer uma reforma no sistema de proteção social, de redistribuição, para responder à crise de conjuntura. E nem não considerar os dados, que a nossa FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser -, a Maíra nos ofereceu a sugestão da Irene, trabalha tão bem e que aqui o Governador está extinguindo. Quer dizer, não trabalhar com dados interessa a quem? Interessa a quem quer omitir, quem não quer trabalhar com informação. Então, educação, onde está a maioria das mulheres, Ver.^a Fernanda, também ali, ao igualar a idade, nós estamos terminando com a aposentadoria especial de 25 anos de sala de aula. É um trabalho bastante esgotante em que se acumulam sete, oito horas de trabalho a mais, que a maioria das mulheres, professoras, tem na semana, porque a sociedade ainda não divide igualmente o tempo. Então, este debate para nós aqui, nós que não estamos na greve, mas nesta Casa, um espaço político, nós queremos dar conteúdo, ajudar a dar conteúdo a uma luta que não é corporativa. É uma luta pela qualidade de vida, pela vida, enfim, da população brasileira. Muitos dizem “ah, são os sindicatos, não querem nunca perder, não aceitam ajustes, tem que fazer ajuste”, e, na verdade, o tema, aqui, vários elementos, estou lembrando da palestra de vocês, um da intermitência do trabalho da mulher, a terceirização que é outro tema que está em curso para a ampliação na legislação atinge diretamente mulheres, áreas dos serviços. Peço desculpas às duas primeiras palestrantes, porque eu estava envolvida fora e perdi a fala de vocês. Mas temos visto que agora foram demitidas cem mulheres da terceirização da cozinha e limpeza: tem que ajustar! Demitidas! Na área terceirizada, cooperativada, tem uma intermitência, uma dispensa que responde aos sabores de

direções, gestões incompetentes e exploradoras da mão de obra. São vários ataques à mulher, quando ela vem para o mundo do trabalho, em um dado que eu não tinha me dado conta: ela está contribuindo com o orçamento familiar. Na verdade, ela foi para o mundo do trabalho por sua luta, por autonomia financeira, mas, pela degradação do valor dos salários, ela já entrou explorada.

Hoje, tivemos uma boa notícia, uma pequena vitória: a Juíza Federal Marciane Bonzanini concedeu liminar à ação civil pública, impetrada pelos sindicatos para suspender toda a propaganda da Reforma da Previdência, porque a propaganda não trabalhava com dados explicativos, dados de pesquisa da realidade das mulheres, enfim, mas uma propaganda pura e simples. Interessante a afirmação da Juíza que diz que a publicidade do programa de reformas trata-se apenas para que o partido político que ocupa o poder no Governo Federal pretenda ver concretizado. Ou seja, uma propaganda só para convencer a mudar para algo tão pesado, tão duro, tão violento com a população brasileira.

Que o conteúdo desse debate nos fortaleça nessa luta que interessa a todos, mas, especialmente, às mulheres. Muito obrigada, gurias!

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Sofia Cavedon reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Ver.^a Sofia, na presidência dos trabalhos; queridas visitantes, que bom se vocês pudessem estar em outros momentos conosco, discutindo temas importantes. Eu tenho certeza que esta Câmara, ainda neste ano, fará outras atividades, nas quais, vocês, pelo conhecimento que detém, vão estar conosco. Porque a Câmara Municipal é e deveria ser cada vez mais um tambor de ressonância de todas as questões que estão na sociedade. Todas, sem exceção. Nós não podemos achar que aqui têm assuntos mais nobres e menos nobres, desde as questões de economia, e o quanto é importante estar lá na escola, eu tenho colocado isso para a Secretaria Municipal, a nossa postura, o nosso comportamento, como você disputa o mercado de trabalho do jeito que é, do jeito que você está, como isso conta. Essa é a sociedade real – eu posso não concordar – mas é a sociedade real!

Eu quero dizer para a Irene, que nunca vou me esquecer da contribuição que você e algumas colegas nos deram, quando eu fui Secretário Municipal, da Secretaria de Produção, Indústria e Comércio, fornecendo para nós dados importantes, para que pudessemos ter uma visão do mundo do trabalho, há doze ou treze anos. Foram fundamentais as informações, os dados, a parceria que temos com o governo do Estado, através da Fundação de Economia e Estatística.

Maíra, minha querida advogada, eu acho extremamente importante os debates que se travam hoje sobre a PEC 287, a reforma da previdência. Eu fico

impressionado! E acho justo o debate que a Maíra traz aqui de algumas feministas que falam da questão da idade, idade igual para homens e mulheres, e eu me considero feminista, sempre fui, das cotas, sou a favor de cotas, acho que as mulheres têm que ter espaço; as pessoas que não tiveram as mesmas condições têm que ter espaço para que um dia, pelas diferenças a gente chegue a uma mínima equanimidade. Acho que tem que ter diferença de idade entre homens e mulheres. Acho que a mulher tem uma função, ainda, na sociedade, de muita exploração, de muita exploração! Eu podia tocar aqui num tema que eu vejo na periferia, não só na periferia, que normalmente, o cuidado com os filhos é jogado sempre no colo da mulher. Isso já mudou, está mudando, tem homens que assumem um papel de igualdade, de divisão de tarefas cotidianas, domésticas, mas ainda há essa diferença. Para quem que chega, é um mínimo de igualdade, nós temos que levar isso em consideração. Na reforma da Previdência, uma das coisas que mais me preocupa é a questão do trabalho na roça. Gente, sou oriundo de uma pequena propriedade e lembro muito bem da dificuldade, olho para a minha mãe com os seus 83 anos, está bem, é verdade, mas vejo uma mulher que tem muitos problemas pela labuta impressionante na lavoura, é um trabalho diferenciado, muito difícil, muito penoso para homens e mulheres. Então, tem que ter uma diferença de tratamento com a questão da aposentadoria. Não vamos longe daqui, nós somos de uma região próxima à região carbonífera, como vamos tratar um mineiro da mesma forma que um acadêmico, ou com alguém que está no serviço da própria Câmara Municipal? É um trabalho muito diferenciado. Isso não está sendo levado em conta, tudo tábula rasa hoje em dia. Essa questão do déficit da Previdência, não é bem assim como está sendo alardeado. Nós temos uma mistura entre Previdência e Assistência Social, tem coisas que têm que diferenciar, caixas diferentes, orçamentos diferenciados. Louvo as iniciativas da Procuradoria da Mulher da Câmara, as quatro Vereadoras aqui, valorosas, e louvo a presença de vocês. Estou feliz com a presença de vocês, nesta tarde de 15 de março, Dia do Consumidor, que não dá para esquecer, vocês trazendo esses bons debates para nós. Muito obrigado, sucesso sempre!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTA (Sofia Cavedon): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu não poderia deixar de vir falar um pouco sobre as questões da mulher, atinentes à minha área e a do Ver. Dr. Goulart, que, como eu, também é quase mulher. Os ginecologistas são quase mulher; eles trabalham pelas mulheres, trabalham para as mulheres e trabalham em função das mulheres. E, na nossa área específica, saúdo com muito carinho a FEE que, em 2013, tivemos nesta Casa, a sua presença, fazendo, em conjunto, um trabalho muito importante de levantamentos de dados. Realmente é uma pena que a FEE tenha sido atingida por esse processo de extinção. Dentro da nossa área, a mim, duas coisas têm sido muito importantes. A primeira questão é a do Centro de

Atendimento à Mulher Vítima de Violência, iniciado por um legista que vai ser homenageado nesta Casa como cidadão de Porto Alegre, Dr. Marcos Rovinski, e hoje é coordenado por uma brilhante mulher, Dra. Angelita. O Centro funciona no Hospital Presidente Vargas e é uma visai inovadora do atendimento global à vítima de violência. A mulher que foi estuprada, abusada, negligenciada encontra, naquele Centro, acolhimento e tratamento técnico adequado. Então, é uma experiência que inicia em Porto Alegre, a partir da brilhante condução do Departamento Médico legal, pelo Dr, Luciano Haas, e que o Ministério Público inclusive tem exportado para outros Estados do País. Então, a mulher acaba indo lá, é atendida por um conjunto de peritos médico-legistas, psicólogos, no amplo entendimento de equipe multidisciplinar e, se precisa de tratamento, acaba recorrendo aos colegas especialistas do Hospital Presidente Vargas. É um exemplo brilhante, que tem que ser projetado em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Cada uma das Regionais de Saúde e de medicina legal do Estado deveria ter um centro de atendimento à vítima. Essa é a primeira questão.

A segunda questão, que a gente fala, fala de novo e não vai se cansar de falar, é a questão do planejamento familiar. A possibilidade de as mulheres escolherem de forma livre e consciente quantos filhos vão ter não pode ser negligenciada. Alguns me sugeriram, inclusive, para iniciar sempre a minha fala do planejamento familiar dizendo que a principal forma de planejamento familiar é o casamento. Até concordo, mas é importante utilizar a técnica médica de ponta para não obrigar as mulheres a terem filhos que não querem ter. Essas crianças nascem sem querer, elas são frutos de gestações indesejadas. Infelizmente nós sabemos que, muitas vezes, essas crianças vão nascer sem o acompanhamento familiar, sem a presença do pai, negligenciadas, jogadas nas ruas. Não é uma linha retilínea, mas existe muita correlação: elas vão acabar no mundo do crime.

Nós precisamos fazer com que as pessoas possam ter o direito de escolher quantos filhos vão ter, e utilizar para isso a melhor tecnologia médica, não o que sobra. O SUS não pode continuar trabalhando só com o que sobra, só com o comprimido e com a injeção. Nós avançamos na tecnologia médica, nós temos que utilizar para a população pobre, da periferia, a que mais precisa, a mesma tecnologia médica que as mulheres do Moinhos de Vento utilizam nessa área principalmente. Isso, sem dúvida nenhuma, vai melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Parabéns, é um prazer tê-las aqui, contem conosco. Tomara que venham com mais frequência a esta Casa, porque vocês trazem, além do brilho e da beleza, um conteúdo de que esta Casa muito precisa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Dr. Thiago. A Dra. Maíra Motta está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. MAÍRA MOTTA: Como considerações finais, não consigo não me estender sobre este assunto, mas acredito que o ideal seria pensarmos que tipo de

previdência queremos. Acho que nesse campo, a sociedade precisa debater, conscientemente, como funciona o sistema previdenciário, a que se presta. E se queremos uma idade mínima, que isso seja debatido com base em dados, inclusive, colhidos pelo próprio Governo. Estava comentando antes que o IPEA, que foi quem trouxe aqueles dados das oito horas semanais a mais, é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, que é vinculado ao INSS - atualmente à Previdência Social -, e esses dados não se conversam para que seja proposta uma reforma. Então, se queremos uma sociedade igual, porque a mulher vive mais - esse é um dos principais argumentos -, então, economicamente, a longo prazo, essa previdência economicamente não seria viável. Então, que se discuta, então, ter mulheres que trabalhem em cargos que remunerem melhor, para que elas consigam ter a sua devida contraprestação para a previdência; e quem sabe os homens também comecem a se cuidar melhor para que vivam mais, porque esse é um dado da área da saúde. Sabemos que as mulheres vivem mais porque se cuidam mais. E não necessariamente vivem mais porque estão aqui no Sul ou aqui em Porto Alegre, pode ser diferente na cidade de Triunfo. Então, essas ideias em que se costuma generalizar e reproduzir alguns conceitos, daqui a pouco são tomados como verdade, eu acho que é sobre isso que precisamos refletir, precisamos pensar e ter espaços como este para debatermos. Acho que essa oportunidade é extremamente válida, e acredito que tem tudo a ver com o empoderamento da mulher com a questão da inteligência econômica, da inteligência financeira, de como a gente vai administrar esses recursos. A Previdência Social não é para pobres, é para todo mundo – acho que esse é um outro conceito muito importante também. Enfim, acho que a sociedade precisa pensar melhor que tipo de reforma quer, e as mulheres também precisam se empoderar sobre esse assunto e ter mais espaços como este. Foi um prazer estar aqui hoje falando sobre isso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Dra. Maíra. Nós é que lhe agradecemos. A Sra. Irene Galeazzi está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. IRENE GALEAZZI: Eu acho que, para finalizar essa questão do trabalho, reforçar um pouco a necessidade de a gente exigir e reforçar as políticas públicas de apoio às mulheres, principalmente a questão da qualificação profissional das mulheres; fazer campanhas junto às empresas também, porque há alguns anos se fez um estudo sobre as pautas de reivindicação dos sindicatos, e uma das questões é que as mulheres tinham muito menos oportunidade de acessar os programas de treinamento e de qualificação, e, com isso, também ficavam prejudicadas na obtenção de novos cargos. Então a questão da qualificação, das políticas e principalmente as campanhas contra certos preconceitos, como por exemplo a questão da maternidade, que as mulheres vão deixar de trabalhar por períodos, etc. Nós sabemos que hoje a nossa taxa de natalidade por mulher é baixíssima, na nossa Região Metropolitana não chega a dois

filhos por mulher, portanto são seis meses nas empresas que lhe dão os dois meses adicionais uma vez na vida profissional da mulher. Então são campanhas que a gente precisa fazer. Eu queria deixar esse recado final.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Irene. Olhem só como a gente nem está se dando conta, mas é um dado que quem emprega deve levar em conta: uma vida inteira profissional, no máximo duas gestações, Ver.^a Mônica. Continuar com o preconceito com relação à gestação não tem mais o que justifique.

A Sra. Aline Klemt está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. ALINE KLEMT: Bom, eu me vi em meio a profissionais que ajudaram a orientar no final, talvez no futuro de uma vida profissional que seja estruturada e tenha uma garantia para isso, e a minha fala, na verdade, ela é focada no início dessa trajetória, na forma como podemos usar a imagem. Eu gostaria, retamente, de convidá-los para superar alguns preconceitos que as pessoas têm com a imagem como sendo algo superficial. Imagem é comunicação, e vocês, Vereadores e funcionários, que trabalham com público, que defendem valores muito firmemente, defendem determinados segmentos, independente de qual seja, é muito, muito importante que esteja alinhado o discurso a isso que vocês estão querendo demonstrar. Faz parte da comunicação, e como mostrei, é o que ajuda na primeira impressão da mensagem. Então, reitero o convite para que pensem com seriedade sobre a questão da imagem, a importância disso e como pode ser um diferencial o uso da imagem como ferramenta na marca de vocês e no ambiente profissional, para vocês e para todas as mulheres, principalmente, que querem alcançar o sucesso e, depois, a independência financeira. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Aline. Muitas vezes, a imagem é usada contra as mulheres, reforçando a ideia de ter menos preparo.

A Sra. Kelly Possebon está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. KELLY POSSEBON: Bom, então, se eu não conseguir fazer vocês sonhar hoje com o “sr. juros compostos”, vou deixar a minha última frase: dinheiro é poder, como verbo e como adjetivo. Como adjetivo: eu sou poderosa. Como verbo: eu posso. Eu posso sair daquele emprego que eu detesto; eu posso sair daquele relacionamento que não me faz mais feliz; eu posso fazer aquela minha viagem tão sonhada. Dinheiro é poder. E vocês precisam pensar e prestar a atenção no que estão fazendo com ele hoje. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Convido para, às 17h, o Projeto Memorial das Mulheres, aqui, ao lado, no nosso teatro, que hoje apresenta nossa ex-Vereadora e ex-Deputada, Dercy Furtado. Nós já tivemos o primeiro vídeo da Enid Backes, que foi muito delicado e lindo, mostrou o trabalho belíssimo que vocês estão fazendo. E quero agradecer aos Vereadores e às Vereadoras pelo prestígio deste momento.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h54min.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 15h56min): Estão reabertos os trabalhos. Cumprimentos às Vereadoras; agradeço a presença das nossas palestrantes de hoje.

O SR. FELIPE CAMOZZATO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2821/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 288/16, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o inc. II do *caput* do art. 3º da Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008 – que institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana e dá outras providências –, alterada pela Lei nº 12.117, de 6 de setembro de 2016, estendendo o prazo para a proibição, em definitivo, da circulação de Veículos de Tração Humana – VTHs – no trânsito do Município de Porto Alegre.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0383/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 028/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que obriga os vereadores e o prefeito a atender aos animais em estado de risco de morte.

PROC. Nº 0629/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/17, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que altera o inc. IV do § 5º do art. 52, o § 1º do art. 54, o caput do art. 55 e o caput e os incs. I e II do § 2º, o caput do § 3º e os incs. I e II do § 4º do art. 56 e revoga o parágrafo único do art. 55 na Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispondo sobre procedimentos relativos aos pareceres das Comissões.

PROC. Nº 0637/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/17, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que altera os incs. II e III do caput do art. 148, os §§ 3º e 4º do art. 180, o § 1º do art. 201 e os incs. I e II do caput e o § 4º do art. 227 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, modificando o funcionamento das sessões plenárias de quartas e quintas-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero aproveitar e felicitar as mulheres por esse ato, pela sua grandeza, pelos seus projetos, pelas suas causas, que tanto nos enobrecem. São reivindicações justas e fazem parte de um reconhecimento da sociedade pelas suas lutas.

Sobre a pauta, quero dar continuidade à minha explanação de segunda-feira, onde alguns projetos estão na Pauta para o futuro e têm que passar em 2ª Sessão de Pauta. Fui suscitado por um eleitor sobre a Câmara de Vereadores ter aprovado uma alteração no Plano Diretor, inconstitucional, e eu me posicionei dizendo que não tínhamos votado, pelo menos, este ano, eu não vi nenhum projeto desta natureza. E fui buscar esse projeto e por que o Tribunal de Justiça o havia anulado. A manchete é simples; “Anulada alteração do Plano Diretor de Porto Alegre”. Isso vem ao encontro daquilo que nós estamos comentado invariavelmente, quase todos os Vereadores, da mudança dos parâmetros de análise de um projeto. E chamo a atenção daquilo que já falamos aqui, que temos que observar a constitucionalidade do Plano Diretor, da Lei Orgânica, do Regimento Interno da Casa. O que é que diz sobre essa anulação? Que é um projeto do Ver. Pujol, de alteração do Plano Diretor, ao qual foram colocadas várias emendas que contemplavam também, mas tudo foi anulado – projeto e emendas – pela Justiça. O que é que diz a Justiça? Diz que, conforme o proponente, a lei não contemplou o princípio constitucional da participação popular. Além disso, expôs sobre a ampliação e expansão de áreas urbanas sem os respectivos planejamentos e ordenações. Diz mais a anulação desse projeto: que, segundo o magistrado, o projeto de lei, depois de transformado em lei, não foi precedido de estudos técnicos e prévios, violando o artigo da Constituição Estadual 176 e 177. Diz ainda que, ainda conforme parecer elaborado pelos técnicos da Secretaria da Fazenda, a legislação causaria aumento de gastos, já que previa aumento da área de revitalização urbana, demandando aquisição do solo e alterações na infraestrutura existente: malha viária, transporte

público, abastecimento de água, rede de esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, aumento da circulação de veículos, pedestres, etc.

Com relação à consulta popular, o relator destaca que não basta a participação direta, marcada pela representatividade legislativa. Ele afirma que tem que ter a representatividade popular, direta. Mas o que mais me chama a atenção, no que me debrucei a buscar, até porque fui suscitado como se eu estivesse aqui ou tivesse votado nesse projeto, o que mais me surpreende é que o relator – na ocasião, o Ver. Canal – aprovou na CCJ o projeto do Ver. Reginaldo Pujol, mas depois, quando veio o veto, ele aceitou o veto. Uma contradição enorme. Isso prova que nós temos que ter muito cuidado na avaliação. Isso veio ao encontro do que nós estamos notificando e ao que o Presidente da CCJ, Ver. Mendes Ribeiro, está provocando, e com o nosso apoio, de que nós não podemos mais interferir na questão do Executivo e sobre ser inconstitucional. Nós temos que preservar as prerrogativas da Câmara, mas ter muito cuidado, essa questão do Plano Diretor é muito sensível. Portanto, nós temos que ter cuidado. Venho aqui salientar esse aspecto da anulação, por unanimidade, do Tribunal de Justiça, que faz essas considerações...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. CASSIÁ CARPES: ...do objetivo do voto do Relator, que, por unanimidade, foi acatado por estas questões: inconstitucionalidade, falta de estudo técnico, falta da participação popular, enfim. A Câmara tem que ter cuidado; é sobre isso que nós estamos nos debruçando, por isso precisamos valorizar um projeto constitucional, valorizar os Vereadores, as Comissões Permanentes e ser rigorosos como estamos tentando, ao menos, com esses reparos. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós temos aqui em 1ª Sessão de Pauta um projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa que suscitou grande mobilização no plenário, na semana passada, de catadores que ainda resistem ao fato de ingressarem num sistema formal da inclusão produtiva na reciclagem em Porto Alegre. É bem verdade que muitos deles tiveram oportunidade de acesso às políticas públicas trazidas pelo programa Todos Somos Porto Alegre, resultado de uma parceria entre o Município, a Prefeitura, e o BNDS, que continua em vigor até porque muitas intervenções têm sido feitas nos galpões de reciclagem que são conveniados com o Poder Público. Por isso o BNDS decidiu por bem manter o desembolso ainda de recursos para que essas intervenções sejam concretizadas. Acho

que esse vai ser um debate que vai trazer uma discussão muita intensa aqui na Câmara de Vereadores, principalmente quando ele for apreciado no plenário. Nós tivemos aqui, na semana passada, na reunião ordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a COSMAM, uma outra discussão que guarda relação com esse tema, que é a implementação do Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem, que já é uma lei complementar, a Lei nº 807/16, que já foi regulamentada por um decreto específico. Tivemos, na reunião, o compromisso da Secretaria Municipal da Fazenda, com o seu representante, de que tomaria as providências, o mais breve possível, para que esse fundo comece a operar conforme a previsão que já existe em lei.

Quero aqui trazer um debate sobre essa questão dos catadores, da reciclagem, de suma importância para a Cidade. Nós temos em vigor, desde 2015, um acordo setorial, celebrado em nível nacional, tendo por base a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que é a Lei Federal nº 12.305/2010, que obriga os fabricantes e também aqueles estabelecimentos comerciais, o setor privado, de um modo geral, que comercializam produtos com embalagens a darem o destino ambientalmente adequado, o destino final correto a esses produtos. E obviamente que quem ainda acaba executando esse serviço, uma vez que o acordo não vem sendo cumprido, é o Poder Público, onerando ainda mais os cofres públicos e os serviços de Coleta Seletiva executados pelas prefeituras em todo o País, inclusive aqui em Porto Alegre.

Então nós precisamos criar novas alternativas muito superiores do que simplesmente propor um prazo que prorroga por cinco anos uma lei que - na época, o autor foi o então Ver. Sebastião Melo – não veio promover uma higienização social. Muito pelo contrário, foi uma lei que considerou um processo inclusivo de todos os atores que nele estavam envolvidos. Por essa razão nasceu o Programa Todos Somos Porto Alegre. Houve aqui no dia da manifestação, da mobilização, um compromisso de parte do Ver. Cláudio Janta, que é o Líder do Governo, de que o Poder Executivo seria sensível e que nós poderíamos avançar numa proposta de prorrogação razoável não tão extensa como os cinco anos que o projeto propõe. Então eu venho aqui fazer esta manifestação, porque, se existem ainda os catadores que estão atuando nas ruas, não foi por falta de oportunidades que nasceram a partir desse programa. E nós temos que, se houver, de fato, uma prorrogação, seja pelos cinco anos do projeto do Ver. Sgarbossa, seja por um tempo alternativo apresentado pelo Poder Executivo e construído pela Câmara de Vereadores, nós temos que ter metas. As pessoas não podem, ao arrepio da lei, fazer o que querem na cidade de Porto Alegre. Simplesmente, o cidadão deseducado, entra nos contêineres, que deveriam receber só lixo orgânico, Ver. Camozzato, retira tudo o que tem lá dentro, na busca por um resíduo reciclável, e não devolve para dentro do container, prejudicando o comércio, condomínios e até mesmo a situação da ambiência naqueles locais.

Não podem as pessoas, ao arrepio da lei, acharem que podem simplesmente circular pela Cidade e não obedecer a nenhum tipo de regra. Nós temos aqui o Código de Limpeza Urbana, em vigência desde 1990, atualizado pelo novo Código, em 2014; temos uma discussão que deve ser retomada o mais rápido possível – o Ver. Valter, inclusive, trazia este tema – sobre o Código de Convivência, que atualiza os

dispositivos do Código de Posturas, que é uma lei da década de 1970. Por isso, nós temos que fazer com a Cidade tenha regras de civilidade, de convivência, mas é preciso também que as pessoas sejam incluídas – quando elas quiserem ser incluídas, porque, muitas vezes, resistem a processos que são oferecidos nessa direção.

Sou favorável a essa prorrogação, não tão extensa, por cinco anos, mas tenho certeza de que deve ser uma solução construída entre o Executivo, o Legislativo e aqueles catadores que podem, sim, melhorar as suas condições de vida e também as condições de vida das suas famílias. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Vereador falou do projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, que, de fato aborda um problema que é sério na Cidade, que é esse dos sacos rasgados. Embora o dos catadores seja um problema social grave, o problema de rasgar sacos, espalhar lixo também é grave e a Câmara deve se ocupar do assunto, tenho certeza. As pessoas depositam o seu lixo na frente de casa, e, logo em seguida, pessoas rasgam esses sacos, e acaba que os lixos caem nos bueiros, entupindo-os. Além disso, sujam a nossa Cidade, dá problema e uma demanda enorme na varreção. Então, eu cumprimento o esforço que o senhor fez, o sistema que existe, e eu acho que temos que incluir todos dentro deste sistema municipal.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Ver. Valter, na presidência dos trabalhos, caríssimo colega Ver. Oliboni, é muito importante, Ver. Aldacir Oliboni, que nós possamos aproveitar esse espaço, como aproveitamos há pouco, para falar do papel fundamental da mulher e das mulheres na conjuntura nacional, estadual e local. Ver.^a Sofia Cavedon, nossa Líder, nós queremos levantar aqui alguns problemas gravíssimos de Porto Alegre. Na semana passada, pasmem, senhores e senhoras Vereadores e Vereadoras, a ATP tirou de circulação, na maioria das linhas, no mínimo dois carros! Isso significou mais atrasos e mais atrasos do que já havia no momento em Porto Alegre. A situação do transporte coletivo de passageiros em Porto Alegre é para lá de trágico. Não há um planejamento de horários. E eu perguntei para a EPTC: e os mecanismos de controle eletrônico, Ver. Cassiá Carpes, que estão no contrato, que apareceu na licitação? E hoje deu um problema, uma confusão brutal, Ver. Valter Nagelstein, na presidência dos trabalhos. Os agentes são agentes de trânsito e de transporte. Nós vivemos falando: agentes de trânsito. Colegas, é agente de trânsito e de transporte, eles devem fazer as duas coisas! O agente de trânsito acha que trânsito é automóvel, o agente de trânsito esquece que transeunte, pedestre, é trânsito, é circulação. Bicicleta é trânsito, é circulação. Nós vamos comemorar este ano 20 anos da aprovação do Código de Trânsito Brasileiro. A sua entrada em vigor foi em 1998, portanto, no ano que vem, fará 20 anos que ele foi efetivado, começou a entrar em vigor. E, num primeiro momento, houve aquela faina de fiscalizar todo mundo. Todo processo que defendo, e defendi isso na SMIC, Ver. Goulart, Ver. Cecchim, Ver. Valter, tem que ter o tripé da educação, da

pressão e da repressão. Não necessariamente nessa ordem, mas começa nessa ordem e pode variar, Ver. Moisés. Então, nós queremos cobrar, V. Exa que é do PSDB, do Partido do Prefeito, que passe também comigo, se concordar, esse recado para a gloriosa EPTC.

É preciso que o agente seja aquilo para o que fez concurso, Ver. Alvoni, é agente de trânsito e transporte. Não fiscalizam os ônibus; a linha do Agronomia, chove para dentro do ônibus. As pessoas ficam morgando horas para pegar um ônibus, e no final de semana nem se fala. Estão fazendo chantagem para aumentar o preço da passagem, diminuindo número de ônibus. Essa história de que teria, já de cara, 25% de ônibus novinhos em folha, tinindos, é uma mentira. Agora, pergunto o seguinte. O Tribunal de Contas parece que está dando um trancaço. É função do Tribunal de Contas, mas também Carús, é função do Ministério Público cuidar da legislação, cuidar da lei. E o Ministério Público está ausente nisso, como está ausente na questão da pirataria, está ausente de tudo ou de quase tudo, por que, quando mete o bedelho, saí da frente. São doutos demais para o meu gosto. Então, aqui, Ver. Oliboni, creio que falo por todos nós, pela bancada do PT, mas principalmente pelo povo de Porto Alegre que está sendo maltratado, ficando na fila, esperando o ônibus que não vem. Pela melhoria do transporte, fiscalização já, transporte coletivo de qualidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Adeli Sell. Gostaria de fazer uma observação. Ontem, num jornal de grande circulação na Cidade, o auditor do Tribunal de Contas questionou a respeito do encerramento das atividades da ouvidoria da Câmara. E a Câmara respondeu que essas atividades foram substituídas pelo portal transparência, o qual, de fato, dá acesso aos cidadãos a toda e qualquer informação a respeito da instituição Câmara de Vereadores e dos gabinetes. E o auditor disse que isso não a substituíra. Pergunta que faço, por provocação até da manifestação do Ver. Adeli, é: será que o nosso poder pode se sujeitar a isso? Será que o Legislativo não tem autonomia? Será que não é o Pleno do Tribunal de Justiça, o colegiado dos seus conselheiros que têm que exarar ou manifestar uma posição neste sentido? Porque um auditor é um conselheiro, bem diz o Ver. João Bosco Vaz. Talvez alguém que tivesse legitimidade de levantar essa questão fosse o conselheiro ou até o Pleno do Tribunal. Então, quanto mais vamos nos abaixando, senhores, mais vamos desconstituindo o papel do Poder e da própria instituição, e quero deixar isso registrado aqui.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Nobre Presidente, Ver. Valter Nagelstein, na presidência dos trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cidadãos que acompanham nossa Sessão no dia de hoje. Quero, inicialmente, parabenizar a juíza federal Marciani Bonzanini, da 1ª Vara Federal de Porto Alegre, que concedeu liminar na Ação Civil Pública impetrada por diversos sindicatos aqui do Rio Grande do Sul e

que determinou a suspensão da campanha publicitária patrocinada pelo Governo Federal sobre a reforma da previdência. Nós sabemos que ali o Governo defende algo muito suspeito, dizendo que nada vai mudar, ou que vai mudar para melhor, e nós sabemos, por exemplo, que vai atingir profundamente a vida do cidadão, seja ele trabalhador do campo ou da Cidade. Vou dar um exemplo aqui: aposentadoria especial é aquela que tem direito os trabalhadores expostos à atividade perigosa e insalubre, que trabalha, por exemplo, na área da saúde, trabalha na UTI, no bloco cirúrgico, esse cidadão ganha grau máximo de insalubridade e hoje ele pode se aposentar, dependendo do tempo, em 15, 20 ou 25 anos. O Governo, em sua proposta, por exemplo, aumenta para 20 anos essa contribuição, e reduz a média em 51% da média de contribuição. Portanto, não é qualquer coisa, existe por aí algo muito difícil de entender nesta reforma da previdência do Governo Federal. Por isso, em todo o Brasil, hoje, acontece uma mobilização dos trabalhadores do campo e da Cidade demonstrando a sua indignação com relação a essa reforma da previdência que vai atingir de uma certa forma a todos, seja aqueles que trabalham na iniciativa privada e também no Poder Público, porque acaba atingindo os Estados e Municípios. Por outro lado, quero fazer aqui um registro, pois ontem a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, através do Ver. Carús, Ver. Moisés, o Mauro e mais o Ver. Freitas, realizamos uma audiência pública ali no Centro de Saúde do Murialdo, na Região Leste de Porto Alegre. E a gente pode perceber que, nesta audiência pública, os cidadãos e cidadãs que moram nesta região da Grande Partenon, Ver. Adeli, não abrem mão da UPA 24 Horas. Isso é Unidade de Pronto Atendimento 24 horas. E ali houve um apelo, Ver. Mauro, no sentido de que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da sua Secretaria da Saúde possa também continuar o trabalho que vinha sendo feito em outros governos no intuito de implementar a UPA da Região Leste. E tenho certeza absoluta, Ver. Carús, quando V. Exa. faz um encaminhamento geral da audiência pública e encaminha para que esse tema da UPA do Partenon, da Região leste, possa continuar a discussão aqui na Comissão de Saúde, criando uma comissão que se discuta com todos os órgãos da parceria tripartite, seja ela municipal, estadual e federal. E mais do que isso, que se envolva também o futuro gestor, que é o Hospital de Clínicas, como a parceira que existe na Região Norte, Ver. Cássia, com a UPA, ali na Av. Assis Brasil, com o Grupo Hospitalar Conceição, Ver. Goulart, que nós possamos também na Região Leste ter, no mínimo, a segunda UPA, que vai ser um atendimento, eu diria, muito estratégico para a Cidade. Porque nós não temos hoje este meio de campo, as pessoas vão a uma unidade de saúde e depois devem ser encaminhadas para a UPA, ou para o hospital. Mas, hoje, nós temos uma enorme dificuldade de acessar um especialista ou uma baixa hospitalar, portanto a UPA vai ser o meio de campo. Porque o cidadão não vai à UPA para tirar ali um bicho-de-pé, mas vai à unidade de saúde. E a UPA será, com certeza, um atendimento de média e grande complexidade em relação que terá com os hospitais. Portanto, o nosso apelo ontem na audiência pública, no Centro de Saúde do Murialdo foi para o Governo se sensibilize e, de fato, contribua com esse movimento de nós constituirmos a UPA da Região Leste. Então, houve um forte apelo da comunidade, do

conselho local de saúde, do Conselho Municipal de Saúde, da própria Comissão de Saúde...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ALDACIR OLIBONI: ...Concluindo, nobre Presidente, quero dizer que seguiremos com a discussão desse tema aqui na Câmara. E, com certeza, ao longo deste ano, nas inúmeras reuniões que faremos, estaremos dando retorno para comunidade, questão qual cobra muito a atuação, ou da definição do Governo Municipal em relação ao interesse de ampliar o serviço de saúde e possibilitar, com certeza, maior atendimento e maior dignidade à população que tanto nós defendemos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Sr. Presidente, eu pedi a palavra, já que o tempo é para discutir a Pauta, a gente tem aqui o Processo nº 02821/2016 – PLL nº 288/16, do colega Ver. Marcelo Sgarbossa, que eu tive o privilégio de ser relator, dentro da COSMAM, e eu não podia deixar de passar a oportunidade de falar sobre este projeto. Já falei com o Ver. Sgarbossa; este projeto é um exemplo, Ver. Cassiá Carpes, incontestável de que nós temos que repensar, quando a gente usa esta Casa para fazer projetos ou que sabemos que têm vício de origem ou que vão ser um desperdício de tempo dos servidores, de discussão, etc. Este projeto está caduco por um motivo simples: a EPTC fazendo a sua parte de Secretaria de Transporte, ele previa uma data, através de uma resolução, uma antecipação da retirada e da proibição de veículos de tração animal em algumas determinadas áreas da Cidade – a área central. E o Ver. Sgarbossa fez este processo, questionando se a EPTC poderia ou não, e a gente está discutindo um processo que, na realidade, também caducou, porque a resolução que a EPCT pedia era de 2015; a lei que deveria e está sendo respeitada era de 2016, início de 2017. Então, eu só peço aqui a palavra, neste momento para discutir esta questão, para dizer que nós temos que elogiar muito a Comissão de Constituição e Justiça. Esta proposta, que está sendo encaminhada aqui, vai ser muito útil, Vereador, para que não tenhamos tantos casos de desperdício de tempo e tantos casos de projetos, de processos com vício de origem que vêm para este plenário para ficarmos discutindo e discutindo.

Também não posso deixar de dividir a minha felicidade por um evento no Capitólio, planejado pela Secretaria da Cultura, em que o Prefeito fez a divulgação da Semana de Porto Alegre. O Ver. Valter, o Ver. Cassiá e outros estavam presentes. Mais feliz fiquei ainda, porque, partir do dia 24, se não me engano, o Secretário da Saúde e o

Prefeito anunciaram o primeiro posto de saúde com horário de atendimento estendido até as 22h. A UBS São Carlos, na nossa querida Zona Leste, gostaria de agradecer o Secretário da Saúde Erno Harzheim, pelo empenho por nos entregar essa unidade na Semana de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, como bem relatou o nosso colega, o Ver. Aldacir Oliboni, participamos da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a COSMAM, que foi realizada na comunidade, o que é bastante interessante para ela participar, às 19h, no Sanatório Partenon, que tem ligação com o Murialdo, onde tivemos uma reunião bastante produtiva, com a presença da comunidade e do Secretário de Saúde, Erno. Eu o conheço há pouco tempo, tive duas ou três reuniões com ele, e estou bastante impressionado com a sua capacidade de participação, toda vez que é convidado tem participado e ouvido os Vereadores. Ontem foi uma reunião bastante acirrada, uma proposta do Ver. Oliboni para discutir a UPA – a realização de um projeto antigo –, no Partenon. Relatamos que no início, para Porto Alegre, eram previstas quatro UPAs e acabou se realizando uma única, que é a da Zona Norte, que está funcionando. E as outras UPAs acabaram não saindo por diversos fatores, e uma delas é a UPA da região do Partenon, que o Ver. Oliboni tem participado há muito tempo, tentando trazer essa UPA para essa região.

O Secretário fez uma bela explanação, inclusive, falando sobre o posto de saúde, promessa de campanha do Prefeito Marchezan, de abrir até as 22h, e está iniciando pelo Partenon, esse posto de saúde, que é muito importante. Mas o pessoal, na reunião, pedindo a UPA, e o Secretário fez uma bela explanação de todas as modificações que quer fazer nos postos de saúde, nas UBS, nos Programas de Família, inclusive, dizendo que para ter essa participação, que ele é um médico da família, e que eu acredito que é a melhor saída para a resolução dos problemas da saúde, que é através da saúde, e é através dos postos de saúde. Porque esse é o grande estrangulamento que tem, que acaba deslocando as pessoas para as UPAs, que são de complexidade média, e para os hospitais. E a comunidade acabou, em certo momento, querendo a UPA, e o Secretário explicou que realmente ele tem interesse pela UPA, mas que não depende só do Município de Porto Alegre e dele, é um conjunto de ações, tanto do governo do Estado, do governo Federal - tem que ter recursos federais. E além da constituição da UPA, depois o seu custeio tem um valor bastante elevado, que é a manutenção desse custo. Ele se colocou à disposição, e nós chegamos ao final, muito bem conduzido pelo Presidente, Ver. André Carús, de fazermos uma comissão com a Comissão de Saúde, com a comunidade, com o Secretário de Saúde colocando à disposição uma pessoa da Secretaria de Saúde para se buscar esses recursos a médio e longo prazo para que se possa realizar essa UPA na região do Partenon. Ele também foi bastante claro dizendo

que não faria nenhuma promessa de datas porque não dependeria somente da boa vontade do Secretário de Saúde, mas faria tudo que fosse possível, a Secretaria de Saúde estaria junto para que a gente pudesse buscar esses recursos junto ao Governo do Estado e Governo Federal. Nós da Comissão também estaremos juntos buscando essa alternativa para melhorar a nossa saúde no Município de Porto Alegre. Fiquei bastante impressionando com a forma como ele está trabalhando a questão dos postos de saúde, das Unidades Básica, que, na minha opinião, vão ser a grande saída para melhorar, inclusive diminuindo o número de pessoas nos hospitais, pois a consulta nestes têm um preço mais elevado. Acho que o pensamento do Secretário está bastante correto, quero me somar, sendo Vereador desta Casa, à Comissão de Saúde, a gente sabe da necessidade do Município nessa questão da saúde. Como disse na Comissão, não sou nem oposição nem situação, mas tenho posição firme, estarei junto com a Comissão, Ver. Aldacir Oliboni, junto com a Secretaria, junto com V. Exa., que milita muitos anos nessa área, para que a gente possa não só trabalhar pela UPA do Partenon, mas trabalhar pela saúde do Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h34min.)

* * * * *